

ARTIGO

MIGRANTE BRASILEIRO: CONSTRUINDO A HISTÓRIA, A VIDA E A PALAVRA

A história produz os homens e as mulheres que a fazem...

Marlene Ribeiro*

RESUMO: Neste artigo sobre o migrante procuro articular estudos desenvolvidos no mestrado e no doutorado, acrescentando preocupações atuais sobre a direção e as formas que tomam os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Tenho, como propósito central, observar o confronto entre trabalhadores rurais caboclos amazonenses e colonos paranaenses implantados no Projeto *Esperança* no município de Novo Aripuanã, no Amazonas, tentando captar, do ângulo de um *se fazer de classe*, a construção de novas concepções de trabalho, de propriedade, de solidariedade, portanto, de uma nova ética.

PALAVRAS-CHAVES: migrante; expropriação/proletarização; movimentos sociais.

1. Situando o leitor na temática e na forma de abordá-la

Neste artigo sobre o migrante procuro articular estudos desenvolvidos na dissertação de mestrado¹ e debates efetuados no curso de doutorado, com preocupações atuais sobre a direção e as formas que tomam os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na atual conjuntura de desemprego e de luta pela Reforma Agrária.

O *Novo Dicionário Aurélio* define “migrar” como *mudar periodicamente, ou passar de uma região para outra, de um país para outro*. Partindo deste significado, *migrante* - *aquele que se está mudando de*

* Prof^a Adjunto I do Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Pelotas-UCPel.

¹ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro a Agricultor-Pescador a Operário Metalúrgico*. Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1987. Dissertação.

lugar, ou migrando -, uma vez que a palavra foi produzida tomando o verbo no gerúndio, temos a idéia de movimento, presente também no verbo *construindo*, que compõe o título do texto. Esta noção de movimento permeia toda a minha análise. Está contida na *história*, enquanto a ação do migrante aponta para mudanças sociais; na *vida*, enquanto sua práxis é compreendida como totalidade social e não apenas como ação episódica e localizada; e, por último, na *fala*, enquanto palavra produzida/reproduzida pelas práticas sociais, que denuncia a violência das relações de *expropriação/proletarização* e prenuncia uma emancipação real pela construção de relações solidárias e democráticas.

Sinto necessidade de reconstruir o conceito *classes subalternas* que define o lugar social dos migrantes, onde se enraízam suas práticas. De posse desta categoria, procuro aproximar-me do que penso corresponder à sua realidade, identificando as diferentes expressões ou rostos que constituem o sujeito político *migrante*. Procuro inserir este sujeito, enquanto categoria e movimento social, na história dos trabalhadores brasileiros. Afunilando a análise, me encaminho para o propósito central deste estudo sobre o migrante brasileiro. Pretendo observar o confronto entre trabalhadores rurais caboclos amazonenses e colonos paranaenses implantados no Projeto Esperança, no município de Novo Aripuanã, no Amazonas, tentando captar, do ângulo da luta, ou de um *se fazer de classe*, a construção de novas concepções de *trabalho, propriedade, solidariedade* e, portanto, de uma nova *ética*.

2. Com que lentes me irei aproximar do migrante?

A questão do migrante tem sido enfocada de diferentes maneiras. Não pretendo reconstituir os estudos feitos sobre a temática. Minha análise fundamenta-se na gênese do capital, traçada por Marx², e na obra de José de Souza Martins, estudioso dos movimentos camponeses no Brasil. Mesmo assim, me parece importante estabelecer alguns conceitos com os quais pretendo me aproximar do migrante brasileiro.

O migrante é visto, de modo muito geral, como o agricultor que sai de sua terra e toma o rumo das estradas em busca de outra terra ou de um trabalho na cidade. Este agricultor, no meu entendimento, tem sido

² MARX, Karl. "Cap. XXIV - A Chamada Acumulação Primitiva". In: *O Capital*. Livro 1, Vol. II, 8. ed. São Paulo: Difel, 1982, p. 828 -894.

impropriamente chamado de *camponês*³.

A identificação da classe social a que pertence o agricultor, em uma análise sociológica funcionalista, estaria fundamentada em uma amostra de sua realidade, tendo por objetivo classificar os sujeitos agricultores segundo propriedades, graus de instrução, cargos e funções que desempenham, etc..., em estratos sociais hierarquicamente distribuídos, correspondentes às letras de A até E⁴. Mesmo na teoria marxista, onde entendo poder encontrar instrumentos explicativos mais próximos da realidade dos trabalhadores rurais brasileiros, não existe unidade. O referencial teórico marxista de *classes sociais* inclui o camponês na chamada “pequena burguesia”, que seria uma classe em extinção. Marx não chegou a trabalhar especificamente a questão das classes sociais, embora em algumas abordagens sobre movimentos políticos apareça a sua visão das classes e frações de classe⁵. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (s/d: 17) afirmam que

De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é o seu produto mais autêntico.

³ O trabalhador rural brasileiro, já preso às relações sociais capitalistas pela propriedade da terra e através do mercado onde vende seus produtos, não pode ser comparado ao camponês feudal, um trabalhador realmente autônomo. O processo que despoja, ou “liberta”, os camponeses de suas terras e de seus instrumentos de trabalho (*expropriação*) para transformá-los em operários (*proletarização*) é analisado, além de Marx, Op. Cit. (1982, p. 828 - 894), por Kautsky (1972) e por Lenin (1982), entre outros. A impropriedade explica-se também pela peculiaridade do trabalhador rural brasileiro. O Brasil é um país tropical; em algumas regiões não existem campos, mas florestas e águas; em outras, caatingas e, ainda em outras, cerrados. Julgo que a denominação *trabalhador rural* apreende com mais propriedade a realidade dos trabalhadores brasileiros que trabalham a terra.

⁴ Sobre estratificação social em uma ótica funcionalista, ver DAVIS, Kingsley e MOORE, Wilbert. “Alguns princípios de estratificação” e STAVENHAGEN, Rodolfo. “Estratificação e Estrutura de Classes”. In: VELHO, Octávio Guilherme e outros (orgs.) Vários Autores. *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 114 - 170.

⁵ Além do *Manifesto do Partido Comunista*, há outras obras de Marx em que aparece a questão das classes sociais, como: MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte; As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, s/d. p. 93 - 285.

Lukács é considerado o sistematizador da concepção marxista clássica de classes fundamentais. Referindo-se a estas classes, escreve:

A burguesia e o proletariado são as únicas classes puras da sociedade. Isto é: somente a existência e a evolução dessas classes repousam exclusivamente na evolução do processo moderno de produção, e não se pode representar um plano de organização da sociedade em seu conjunto, a não ser a partir de suas condições de existência. O caráter incerto ou estéril que a atitude das outras classes (pequeno burgueses, camponeses) tem para a evolução, repousa no fato de que a sua existência não está fundada exclusivamente na sua situação no processo de produção capitalista, mas que está vinculada indissolavelmente aos vestígios da sociedade dividida em estamentos. Não buscam promover, portanto, a evolução capitalista ou fazer-se superar a si mesmas. Mas em geral buscam fazê-lo retrogradar ou, pelo menos, impedi-la de chegar ao seu pleno florescimento (Lukács, 1981: 31)

As categorias marxistas lukacsianas, esvaziadas dos processos históricos onde foram forjadas, têm sido aplicadas à caracterização dos movimentos dos trabalhadores rurais brasileiros, interpretados algumas vezes como resquícios do feudalismo que precisariam ser eliminados para permitir a transformação desses “camponeses” em proletários. Tais análises são alvo de duras críticas por parte de José de Souza Martins que, na obra *Os Camponeses e a Política no Brasil* (1983), aponta o que considera como incapacidade teórico-política dos partidos de esquerda de efetuarem uma interpretação das lutas camponesas em uma perspectiva histórica.

Tanto Kautsky(1972) como Lenin(1982), apesar de incorporarem a noção clássica de classe operária como fundamentalmente antagônica ao capital representado pela burguesia, conseguem captar, para além da teoria, as manifestações contraditórias do camponês feudal. Percebem o camponês como conservador enquanto apegado à sua propriedade, às suas crenças e costumes, votando e indicando partidos e lideranças tradicionais e, ao mesmo tempo, como revolucionário enquanto capaz de se organizar, lutar e morrer em defesa da terra e do que entende seja justo.

Vejo o desenvolvimento do capitalismo, destacando o processo de globalização econômica, as descobertas técnicas e científicas aplicadas aos processos produtivos e a atual crise de acumulação em que a solução do que aparece como “crise fiscal” consiste na adoção de políticas

neoliberais de destruição do Estado do Bem-Estar Social⁶, sob o prisma da luta de classes. No movimento das classes podem ser visualizadas não só a diversificação dos sujeitos, mas também dos objetivos e estratégias de confronto. Nesse contexto é que são feitas novas leituras da teoria marxista, acompanhadas de críticas ao marxismo leninista, estalinista e maoísta, dogmatizado na institucionalização dos processos revolucionários russo e chinês. Essas novas teorizações, que dão ênfase ao caráter histórico e dialético das categorias conceituais, rearticulam elementos na reconstrução do conceito *classe operária* para dar conta da heterogeneidade das categorias de trabalhadores como novos sujeitos políticos que se confrontam com o capital. Dentre os novos historiadores que tecem críticas à ortodoxia marxista e que propõem uma revisão no conceito de *classe operária* indico Thompson (1979, p. 34 e s.). Estudioso da classe trabalhadora inglesa, Thompson analisa o que evidencia como comportamento de classe, que não se restringe ao confronto localizado no interior da fábrica, mas se expressa como totalidade na diversidade das vivências cotidianas de embates que assumem formas específicas em cada categoria, local e época determinados.

Classe, segundo meu uso do termo, é uma categoria *histórica*; quer dizer, é derivada da observação do processo social ao longo do tempo. Sabemos que há classes porque as gentes têm-se comportado repetidamente de modo classista; estes sucessos históricos descobrem regularidades nas respostas a situações e em um momento dado (a formação “madura” da classe) observamos a criação de instituições e de uma cultura com conotações de classe, que admitem comparações transnacionais. Teorizamos sobre esta evidência como teoria geral sobre as classes e sua formação... (Thompson, 1979: 34).

Todavia, o conceito *classe operária*, ou trabalhadora, que nos propõe Thompson, apesar da capacidade maior de apreender tanto a diversidade de formas de relação de exploração à que os trabalhadores estão submetidos, quanto as respectivas formas de resistência e luta desses trabalhadores, ainda assim é estreito para abarcar as especificidades contidas na caracterização do migrante. Como exemplo, cito as lutas dos povos indígenas pela terra. Detentoras de culturas e modos de existência

⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *Os Direitos do Antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

em contradição com o modo capitalista de produção, diferentes nações indígenas⁷ que ainda subsistem no Brasil são pressionadas, diariamente e cada vez com maior força, pelo capital, nas zonas impropriamente chamadas “pioneiras” ou de “fronteira agrícola”, a submeterem-se ao processo de *expropriação* da terra sem a contrapartida da *proletarização*, ou seja, das oportunidades de venda de sua força-de-trabalho através de um emprego nas cidades⁸.

Homens, mulheres, velhos, jovens, crianças, negros, brancos, que garantem a sua sobrevivência como pequenos proprietários, pequenos comerciantes, operários, funcionários, agricultores, pescadores, mineiros, seringueiros, professores, assistentes sociais, vendedores ambulantes e, até mesmo os desempregados, podem ser identificados como trabalhadores, pois todos, direta ou indiretamente, estão atrelados a relações de sujeição/exclusão com o mundo do trabalho. Quanto aos índios, embora alguns povos já estejam, de uma certa maneira, presos a relações com o mercado de trabalho, as suas práticas/concepções de terra, de trabalho e de luta pela terra caracterizam-se exatamente por confrontar-se com tais relações e, conseqüentemente, com essas concepções. Daí, inclusive, o fato de os capitalistas explorarem constantemente o confronto entre trabalhadores (garimpeiros, seringueiros, agricultores) e índios, com o fim de enfraquecê-los e submetê-los a formas capitalistas de exploração da terra e do trabalho. Assim, penso que seria artificial incluir o índio, que é hoje um dos sujeitos que integra a categoria *migrante*, na categoria analítica *classe trabalhadora*.

Gramsci também percebeu a contradição nas práticas dos trabalhadores que, por um lado, são capazes de unir-se aos companheiros na luta comum por mudanças na sociedade, por outro, verbalizam concepções parcialmente conscientes que lhes foram transmitidas pelas instituições educativas e assimiladas sem crítica. Em Gramsci penso encontrar a conceptualização que mais se aproxima da realidade do *migrante* brasileiro. Procurando compreender a sociedade italiana pré-industrial, em que os camponeses e artesãos detinham um papel significativo na

⁷ O uso que faço da palavra “nação” indica a minha posição política em relação à luta histórica pelo reconhecimento do Estado brasileiro como plurinacional, pela autodeterminação dos povos indígenas e pela demarcação de suas terras.

⁸ Sobre o assunto, consultar: MARTINS, 1982 e 1986.

economia e nos movimentos sociais, e, ao mesmo tempo, tentando burlar a guarda fascista que censurava seus escritos, Gramsci (1986: 180) identifica o povo como o *conjunto das classes subalternas e instrumentais de toda a forma de sociedade até agora existente*.

No fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é; tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era “paciente” de uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais paciente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor (Gramsci, 1981: 24).

Confirmando Gramsci, diz Martins (1989: 98)

O legado da tradição gramsciana, que nos vem por meio dessa noção, prefigura a diversidade das situações de subalternidade, a sua riqueza histórica, cultural e política. Induz-nos a entender a diversificação de concepções, motivos, pontos de vista, esperanças, no interior das diferentes classes e grupos subalternos.

Diferentemente de estudos que excluem a classe trabalhadora ou a colocam como apêndice do Estado e do processo de industrialização; que a identificam com adjetivos, tais como “atrasada”, “tradicional”, “heterogênea”, por isso incapaz de desenvolver a solidariedade classista, procuro captar o *migrante* dentro das *classes subalternas* naquilo que lhe confere substância⁹. Focalizo o *migrante* como aquele que ao migrar muda também a si mesmo e provoca mudanças. Isto é, o *migrante* é sujeito de história e de transformações sociais que opera com seu movimento. Isso, de um lado, porque, de outro, não me proponho a pinçar o sujeito político *migrante* enquadrando-o em caracterizações que percam de vista a contraditoriedade das relações que estabelece com o capital. No confronto entre agricultores caboclos do Norte e colonos do Sul é possível captar

⁹ Há inúmeros estudos que refocalizam a história da classe trabalhadora brasileira sob a ótica de um sujeito histórico que obriga constantemente o capital a redimensionar-se para manter-se como relação, o que se diferencia de análises tradicionais que enfocavam a classe operária como negação de seu lugar como sujeito histórico dos processos de transformações sociais. Dentre esses estudos, destaco a síntese de abordagens efetuada por PAOLI, Maria Célia et alii. “Pensando a classe operária. Os trabalhadores brasileiros sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História*. (6). São Paulo: Marco Zero, set/1983, p. 129 - 149.

as múltiplas formas sob as quais as relações capital x trabalho, no caso, o trabalho ligado à terra, manifestam a contradição e, portanto, o antagonismo que move as lutas pela Reforma Agrária.

3. Um sujeito e muitos rostos

Há uma diversidade de pesquisadores que se detém sobre a análise dos processos migratórios, tanto no que diz respeito às transformações vivenciadas pelos sujeitos migrantes quanto às relações de exploração a que estão submetidos¹⁰. Há ainda estudos que privilegiam as formas peculiares como os migrantes experimentam tais transformações/relações, que se expressam em uma nova cultura que, provisoriamente, chamo de *cultura do migrante*¹¹. Como, então, caracterizar o *migrante*?

Em primeiro lugar, ser *migrante* hoje abarca desde agricultores expulsos de suas terras em direção às cidades em busca de trabalho até os operários que, nas cidades, estão perdendo seu empregos sem a mínima perspectiva de obtê-los de volta. Alguns trabalhadores retornam para a zona rural, aos seus municípios de origem, onde ainda permanecem algumas pessoas de sua família. A maioria continua nas cidades a engrossar longas e insistentes filas em busca de empregos. Muitos, despejados vão morar embaixo de pontes e viadutos. São os “sem teto”. Lutam por moradia e trabalho. Outros experimentam sobreviver da chamada “economia informal”, como camelôs, continuamente enxotados pelas prefeituras e quase sempre fugindo da polícia. Há famílias acampadas embaixo de lonas, nas estradas, aguardando o assentamento prometido. Muitos, ainda, se organizam para ocupar terras, observando que alguns “teimosos” conseguem ser assentados. Alguns mais ingênuos, às vezes cansados, acreditam em promessas e migram para longe, para os projetos de colonização. Sempre há nordestinos fugindo das secas e alguns retornando. As enchentes no Sul expulsam famílias que perderam

¹⁰ CHAUI (1982 e 1989), MARTINS (1975, 1981, 1986 e 1989) e IANNI (1981), entre outros.

¹¹ Esta cultura é condicionada pelo tempo, pelo espaço, pelas experiências de luta e sobrevivência e pelas formas de relações que, no seu movimento, o *migrante* estabelece com um mundo aparentemente permanente. Dessa forma, ela aparece como ricamente diversa e mutante, daí a provisoriedade do que chamo *cultura do migrante*.

tudo até a possibilidade de refazer a vida no mesmo lugar. Nesse meio, há garimpeiros escorraçados das cidades por falta de empregos, e dos garimpos, expulsos por índios e pelas grandes mineradoras. Há índios que lutam pela desocupação de suas terras, como há índios aculturados, destribalizados, que acreditam no discurso da “integração” e procuram subempregos nas periferias das grandes cidades. Há índias prostituindo-se nos garimpos e nas cidades; outras trabalhando como domésticas; outras ainda como artesãs, formando até associações. Há até jovens índias Guarani que perdem a esperança e estão se suicidando, paradoxalmente, em busca de uma nova vida na *Terra sem Males*¹². Homens e mulheres, velhos e crianças, brancos, negros, índios e mestiços fazem e refazem, com seu contínuo andar, as estradas e picadas abertas deste país em caminhos sem retorno. Fazem parte do que Canevacci chama de *sem-sujeito*¹³ que, pelo contrário, identifico como sujeitos efetivos que redesenham relações e configurações de *propriedade, ética e justiça*.

À primeira vista, o que parece chamar a atenção dos pesquisadores no *migrante* é o *desenraizamento*, tratado por Simone Weil¹⁴. Como árvore arrancada, o *migrante* tem a sua raiz exposta às novas experiências e contingências da vida. Carrega consigo apenas o que pode transportar, o pouco que tem, na jornada que se repete incansavelmente em busca de um novo solo onde possa se replantar. Mas, dizer só isso é muito pouco. Enxerga-se aí apenas o lado submetido do processo. Quase que o *migrante* fica reduzido à condição animal de cão enxotado, perdendo-se de vista o humano, a relação, o movimento e a própria radicalidade deste mover-se enquanto aponta para transformações. Ou seja, perde-se a dialeticidade do que está aí posto, no verso a expulsão ou o *desenraizamento* do *migrante* e, no reverso, a luta deste para não ser expulso ou para fixar-

¹² A *Terra Sem Males* é um mito da nação Guarani e foi tema de uma *Missã da Terra Sem Males*, composta por D. Pedro Casaldáliga, Pedro Tierra e Martin Coplas (Boletim do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Ano 8. N° 55, Manaus/AM: CIMI, abril de 1979, p. 5).

¹³ CANEVACCI, Massimo. *Dialética do Indivíduo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁴ *Enraizamento/desenraizamento* é uma categoria analítica pensada por Simone Weil e identificada por BOSI, Ecléa. *Simone Weil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. Ecléa Bosi dá continuidade à aplicação desta categoria em “Cultura e Desenraizamento”. In: BOSI, Alfredo (org.) *Cultura Brasileira, Temas e Situações*. São Paulo: Ática, 1987. p. 17 - 41.

se em outro lugar, ou para subverter os caminhos que lhe são apontados. Perde-se também o *caráter educativo* deste movimento formador de classe, enquanto aproxima e junta *iguais* na carência, na luta, na solidariedade e na construção de um projeto de *justiça*, de uma nova *ética* como fundamento das relações sociais. A busca de um novo *enraizamento* do *migrante* precisa ser vista como inserção na luta para a quebra da relação que desenraíza, ou seja, enquanto um *re-enraizamento* ou *re-implante* no que convencionei tratar como *classes subalternas*.

Penso que a expressão *migrante*, para indicar trabalhadores e índios que se movimentam de um lugar para outro, por si só não explica a radicalidade deste movimento. O processo de *expropriação/proletarização*, reconstruído historicamente enquanto movimento real e categoria analítica por Marx, re-trabalhado por Martins ao acompanhar os movimentos camponeses no Brasil e, por mim mesma, que acrescento o momento da *organização* ao analisar esse mesmo processo, no estado do Amazonas, apreende com maior abrangência a problemática do migrante (Ribeiro, 1987). Poderíamos argumentar, entretanto, que hoje é cada vez maior, em números absolutos e relativos, a população de expropriados que não é absorvida pelo trabalho industrial. *Expropriação* é originalmente a expulsão da terra articulada à perda dos instrumentos de trabalho. O *migrante* brasileiro é hoje um sem terra, sem instrumentos de trabalho, sem teto, sem emprego, sem acesso aos bens fundamentais de sobrevivência, como saúde, segurança, moradia, educação. Só lhe resta a prole, os filhos, não a *proletarização* nas fábricas como operário.

A *expropriação* não pode ser vista em separado do polo da *proletarização*. Quer dizer, este é um movimento contraditório constituído de dois momentos, o do despojamento da terra e dos instrumentos de produção e o da transformação do camponês em operário ao ser obrigado, por lhe faltarem outras alternativas de sobrevivência, a vender sua força-de-trabalho ao capitalista. A realidade deste movimento, acompanhada pelas análises dos cientistas sociais, mostra, no entanto, que as relações originais que se estabeleciam entre o capitalista e o operário se complexificaram de tal maneira com as transformações científico-tecnológicas dos processos produtivos, a universalização da produção social, a globalização dos mercados e a oligopolização da economia, que o fato de tornar-se operário fabril já não atinge a maior parte da população expropriada da terra e dos instrumentos de trabalho. Entretanto, contra-

ditoriamente, a *expropriação*, que não se completa com a *proletarização*, permanece como relação em que o migrante tem, de um lado, necessidades que o obrigam a adquirir mercadorias para sobreviver; de outro, a carência da mercadoria universal dinheiro para comprá-las porque lhe falta oportunidade de trabalho, a outra ponta da relação com o capital. Na perspectiva deste capital há um excesso de mercadoria força-de-trabalho que, de alguma forma, precisa ser queimado, destruído. Porém, a palavra *proletarização* também identifica o operário como possuidor de muitos filhos, o que ainda se mantém como realidade. Nesse caso, os migrantes, ou os “sem-nada”, mas capazes de tudo para conquistar um pouco, seja de permanência, seja de paz (em um lugar, em um emprego, em uma terra), continuam a ter prole, quer dizer, continuam a ser proletários no original significado da palavra, naquilo que este significado carrega de pobreza, de perda das condições materiais de existência, de vivência da exploração até o seu limite que consiste na efetiva exclusão do atrelamento ao capital pela impossibilidade de obter um contrato de trabalho. Ao mesmo tempo, esta *proletarização* é prenhe de possibilidades colocadas pela luta, luta esta em que os filhos desempenham um papel fundamental, acompanhando seus pais na dolorosa marcha para a conquista da terra.

Como perspectivas de permanência, de futuro, os filhos estão incluídos na luta pela sobrevivência, seja em casa cuidando dos irmãos menores, seja no mercado informal, seja garantindo o sustento dos velhos. Todavia, eles são mais do que isso, são sujeitos de transformações, estão à frente das lutas como manifestação concreta e gritante das contradições da sociedade de classes. No seu sentido clássico, a *proletarização*, enquanto formação de uma força-de-trabalho oriunda do campo, transformada em operariado fabril, não se está realizando. O movimento que concentra trabalho morto nas máquinas-ferramenta ao mesmo tempo elimina milhares de postos de trabalho, expulsando um número cada vez maior de operários das fábricas ou da possibilidade de nelas (re)ingressar. Como categoria histórico-dialética e como realidade de pauperização extrema das famílias dos trabalhadores “sem-nada”, entretanto, a *proletarização* aprofunda-se impondo, ou a morte, ou o confronto com a propriedade privada (latifúndio, mineradoras, madeireiras, supermercados, construtoras, organismos estatais e privados). As ocupações de terras improdutivas organizadas pelo MST e os saques a supermercados efetuados pelos retirantes da fome no Nordeste, noticia-

dos ordinariamente por toda a imprensa, mostram que esse confronto vem se acirrando. Portanto, a categoria *expropriação/proletarização*, no meu entendimento, não perde a sua potência explicativa, completando-se com o terceiro momento acrescentado à teoria clássica como negação da negação, ou seja, *a organização dos trabalhadores que, lutando contra a relação que os amarra ao capital, constróem-se como classe*¹⁵.

3. Mudando a fisionomia da sociedade brasileira

No Brasil, a questão do *migrante* está posta desde o momento em que os povos europeus, principalmente os portugueses, em 1500, invadem terras indígenas à procura de matérias-primas e de mão-de-obra escrava, produzindo o extermínio de inúmeras nações indígenas e o deslocamento de outras para regiões mais distantes.

Analisando o processo migratório de trabalhadores europeus já expropriados em seus países, trazidos para trabalhar principalmente nas fazendas paulistas de café, Martins (1981) afirma que no Brasil a terra já nasce cativa, através da Lei de 1850, que impede escravos libertos, agricultores brancos e colonos migrantes de obtê-la a não ser através da compra. Assim, os grandes proprietários garantem a exploração do trabalho nos engenhos de açúcar e nas fazendas cafeeiras. No Norte do país, no entanto, a terra ainda não era cativa porque a sua ocupação não poderia ser controlada. Aí, a exploração do trabalho do *migrante* teria outra origem, a do seringal, em que as condições nas quais os seringueiros, recrutados entre os retirantes das secas do Nordeste, coletavam seringa nas matas amazônicas, quase não lhes permitiam reproduzir-se (Teixeira, 1980). O surgimento das indústrias e o crescimento das cidades, a partir do final do século passado, irá desencadear uma movimentação sistemática de trabalhadores que na Europa já haviam perdido suas terras, sendo atraídos pela possibilidade de reavê-las no Brasil. Seu destino é, no entanto, as fábricas paulistas para o que contribui o *cativeiro da terra* (Martins, 1981)¹⁶.

¹⁵ RIBEIRO, Marlene. "A violência inerente ao processo de constituição da relação capital x trabalho". Texto inédito. 29 p.

¹⁶ Ver também, "O café dará para tudo". In: ALENCAR, Francisco et alii. *História da Sociedade Brasileira*. Ao Livro Técnico, 1981. p. 184.

A Reforma Agrária e a distribuição de terras para camponeses sem terra é uma bandeira de luta que está presente nas propostas do Partido Comunista desde 1935 e que se mantém mesmo quando este Partido é forçado a entrar para a clandestinidade pela ditadura de Getúlio Vargas. Mas é nas décadas de 50 e 60, com a modernização da agricultura e a implantação de um parque industrial para a produção de automóveis e eletrodomésticos, que o processo de *expropriação/proletarização/organização* se irá intensificar. São dessa época as tentativas de ocupações de engenhos e a criação das *Ligas Camponesas* no Nordeste, que dão origem ao sindicalismo combativo no campo e se constituem, ao mesmo tempo, em um dos motivos que desencadeiam o golpe militar de 1964, resultando deste a criação do *Estatuto da Terra*, ainda no mesmo ano (Alencar et alii, 1981).

O *Estatuto da Terra* fundamentava o uso capitalista da terra e a aplicação de tecnologia à produção agrícola determinada pelo mercado internacional. Objetivava despolitizar as lutas com doações individuais de terras em lugares onde as disputas eram mais problemáticas e desmobilizar conflitos nas regiões onde o número de trabalhadores sem terra fosse muito alto, que pudesse colocar em risco a propriedade privada. Para esses é que o governo militar idealizou os projetos de colonização a serem implantados nas regiões onde o “vazio demográfico”, segundo suas análises e interesses, exigia estratégias de “integração política e econômica”. Nessa mesma época foram criadas superintendências de desenvolvimento regional, dispondo de gordos subsídios para a implantação de projetos agropecuários e industriais (Martins, 1982 e IANNI, 1979).

Todo esse processo, em que se incluem tanto a necessidade de terra e de trabalho por parte dos trabalhadores, quanto as iniciativas governamentais de ocupação e controle dessa força-de-trabalho liberada, irá fomentar as correntes migratórias, acrescer e diversificar o contingente de trabalhadores migrantes sem terra. No Nordeste, o latifúndio e as secas empurram os trabalhadores para o Sudeste, em busca de trabalho principalmente nas indústrias paulistas. Do Sul, os trabalhadores são expulsos pela soja da exportação e partem para o Norte e o Centro-Oeste em busca de terra e de novas oportunidades. Ocorre também o acirramento de conflitos, inicialmente entre os próprios migrantes. Nas cidades, os que chegam disputam trabalho e moradia com os que já estão estabelecidos. Nas áreas rurais enfrentam-se posseiros, bóias-frias, colonos, índios,

grileiros, jagunços...

O movimento que faz crescer o número de trabalhadores sem emprego, sem terra, sem moradia e de índios ameaçados de perderem suas terras e sua cultura, aponta para a necessidade desses migrantes se organizarem. A luta e a organização tornam-se imperativos de sobrevivência. Em alguns lugares a organização se faz pelo caminho institucional, através de igrejas, sindicatos de trabalhadores e centrais sindicais. Em outros, a comunidade constituída pelos ocupantes é que representa o *migrante*. Há ainda as organizações surgidas no bojo da luta, que se fortalecem e ganham dimensões nacionais e internacionais, como o MST, a União das Nações Indígenas (UNI) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), embora no interior de tais organizações ocorram disputas internas entre lideranças e divergências nas estratégias de luta, que expressam as contradições dentro do próprio movimento.

A partir dos anos 80, quando o processo de *expropriação/proletarização* desencadeado por fazendeiros, barragens, mineradoras, madeireiras, grileiros e até pelo Estado ou com o apoio deste, começa a expulsar violentamente um contingente muito grande de famílias sem oferecer a contrapartida do emprego (*proletarização*) multiplicam-se os confrontos que assumem um caráter de radicalidade e permanência. Trabalhadores - homens, mulheres, velhos e crianças - ocupam terras ou fincam pé em seus barracos. Índios pintam-se para a guerra contra o invasor. A luta pela Reforma Agrária, com toda a gama de interpretações, preconceitos e reivindicações é recolocada. Não pela lei, pois aos representantes do latifúndio e do capital comercial, industrial e financeiro, no Congresso Nacional, proprietários de terras como reserva de valor, a Reforma Agrária não interessa. Por isso, a Constituição de 1988 não consegue avançar para além do que a ditadura militar havia regulamentado como *Estatuto da Terra*¹⁷.

¹⁷ Não me proponho a um estudo comparativo sobre as duas legislações, a do período autoritário e a do período chamado “democrático”, porque iria além dos meus objetivos para este estudo. Porém, os interessados poderão fazê-lo, consultando, para isso, a Lei 4.504 de 30/11/64 ou *Estatuto da Terra*, que a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) constata que *o seu maior defeito é nunca ter sido efetivamente aplicada*, e o Cap. III “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, da Constituição Federal de 1988. Sobre o *Estatuto da Terra*, ver CONTAG. *Questões Agrárias. Estatuto da Terra e Direitos Regulamentadores*. Doc. 8. Brasília, novembro/1979.

A Reforma Agrária no Brasil vem sendo duramente conquistada na prática das ocupações, dos acampamentos, dos assentamentos, das marchas, passeatas e romarias. A luta é levada às últimas conseqüências no enfrentamento aos oficiais de justiça, à polícia, aos jagunços, tendo ocorrido mais de mil mortes nos anos 80, entre homens, mulheres e até crianças. Muitas dessas mortes, que são de dirigentes sindicais, lideranças indígenas, advogados, assessores e religiosos são encomendadas e pagas. Todo o país, e até outros países para onde são encaminhadas as denúncias, sabe os nomes dos criminosos, mas os mesmos permanecem impunes¹⁸.

Nessa caminhada em que migrantes fazem a história não enquanto evolução da “espécie” ou circularidade de fatos e mitos, mas introduzindo mudanças, recriando relações, visões de mundo, crenças, - produzindo uma nova cultura -, os migrantes vão fazendo em atos e se fazendo palavra na materialidade de ações com as quais a sociedade possível vai, aos poucos, como tempo de história, tornando-se real.

4. Projetos de Colonização, onde velhas/novas concepções entram em confronto...

Os projetos de colonização apresentam situações privilegiadas para ver novas e velhas práticas sociais em confronto. Sob a aparente disputa entre trabalhadores da própria região e trabalhadores colonos implantados, provenientes de outras regiões, confrontam-se processos produtivos agrícolas arcaicos e modernos. Esse enfrentamento irá traduzir-se e/ou produzir novas concepções de mundo, de vida e de trabalho que apontam no sentido de uma cultura recriada. Procurei captar, neste estudo, como o modo de viver, especialmente de trabalhar, é definidor de práticas e gerador de palavras, observando principalmente a fala de agricultores-pescadores amazonenses e de agricultores paranaenses implantados no Projeto Esperança, no município de Novo Aripuanã, nos anos de 1983 a 1986 (Ribeiro, 1987). Antes, porém, é necessário ver um pouco como são estes trabalhadores.

¹⁸ Sobre o assunto, ver a “Introdução” de José Saramago e as fotografias, em SALGADO, Sebastião. *Terra*. Cia das Letras, 1997.

Os trabalhadores rurais amazonenses, de modo geral, têm suas origens no processo migratório do Nordeste para o Norte em direção aos seringais no período áureo da borracha, no início deste século. Dessa forma, agricultores do Nordeste transformam-se em seringueiros no Amazonas. A decadência da economia baseada na produção do látex deixa os seringueiros abandonados à sua própria sorte na mata. O desconhecimento da região, a impossibilidade de retorno ao Nordeste e a falta de mulheres “civilizadas” (as famílias não acompanhavam os seringueiros recrutados, que passavam a viver no barracão do próprio seringal) empurram os nordestinos a constituir novas famílias com índias. Convivendo com índios e pressionados pela necessidade de dominar um meio hostil, os seringueiros aprendem a caçar, a pescar, a plantar macaxeira, a coletar castanha, a reconhecer e a usar plantas e resinas medicinais. O solo é pobre, não se presta nem à agricultura em escala nem ao plantio de forragem; o clima e a vegetação são também inadequados à pecuária. Em vista disso, o agricultor caboclo complementa suas necessidades alimentares com a caça e a pesca. De seringueiros que vieram a tornar-se durante a economia da borracha, os agricultores amazonenses, dispensados com a queda do extrativismo, retomam a antiga lida com a terra, re-fazendo-se como trabalhadores rurais, no Amazonas.

Peixe e farinha de mandioca são os alimentos básicos do agricultor amazonense. A farinha é produzida de maneira artesanal, ralada à mão e torrada sobre fornos de lenha (casa de farinha). Na cabana do caboclo, feita de paus e coberta de palha, não há móveis. O caboclo come de pé, ou sentado no chão, ou na rede onde dorme. Come com a colher como se esta fosse o remo onde, quando está no rio pescando, coloca a farinha, molha-a e junta-lhe o peixe e, nesse caso, come com a mão. Usa a gordura de peixe-boi como combustível. Os agricultores amazonenses fazem suas cabanas e roças próximas aos rios, onde se organizam em comunidades e desenvolvem uma forma de solidariedade determinada pelas condições de sobrevivência que, no interior do Amazonas, são muito duras. O plantio e a colheita geralmente são feitos em mutirão, devido à intensidade e à duração das duas estações, inverno (chuva) e verão (seca). Os instrumentos de trabalho são bastante rudimentares, bem como os barcos que podem ser manejados até por crianças.

A perseguição histórica movida aos índios e os preconceitos

incutidos pela civilização branca, européia, selecionam a memória das origens desses trabalhadores, tendo como referência apenas o lado da descendência portuguesa trazido do Nordeste, especialmente do Ceará. A lenda do boto que enfeitiça e engravida moças em noites de luar faz a síntese do que é vivenciado como sexualidade pelo confronto das culturas, indígena e européia. Os trabalhadores rurais amazonenses são devotos de santos e costumam festejar a colheita com ações de graças das quais as crianças também participam. Esse agricultor mantém-se subordinado às relações capitalistas de produção, via mercado com o qual está vinculado, geralmente através do aviamento¹⁹. Entrega sua produção (seringa, castanha, balata, farinha, etc...) aos regatões que efetuam o comércio através de barcos, e compra desses, a preços sobrevalorizados, alguns produtos dos quais depende, tais como açúcar, café, querosene, instrumentos de trabalho, etc...²⁰. A maior parte dos trabalhadores rurais amazonenses são posseiros minifundistas, isto é, não possuem título de propriedade mesmo vivendo há mais de 40 anos na terra, o que os torna mais vulneráveis ao avanço do capitalismo na região.

Este modo de vida começa a ser violentamente desestruturado, arrancando as novas raízes desses agricultores/pescadores, a partir da década de 70, com a introdução de novas relações capitalistas de produção no Amazonas, através de projetos agropecuários e industriais subvencionados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Banco da Amazônia (BASA), através de mineradoras, especialmente a Paranapanema; da Petrobrás, de hidrelétricas como a Balbina; de madeireiras como MANASA, GHETAL, APLUB, de barcos pesqueiros e de projetos de colonização (Ribeiro, 1987).

Já os trabalhadores implantados no *Projeto Esperança* é quase impossível caracterizá-los pelo seu modo de vida, tendo em vista que o

¹⁹ O sistema de *aviamento*, ou de trabalho sob encomenda, funcionou entre casas aviadoras, seringalistas e seringueiros, no período áureo da borracha. A produção (coleta) de látex era paga aos seringueiros sob forma de troca por produtos industrializados sobrevalorizados, de maneira que nunca os seringueiros logravam obter saldos em suas contas. Já chegavam ao seringal devendo o transporte que os trazia do Nordeste (Teixeira, 1980). Esse sistema permaneceu na forma de comércio com proprietários de barcos.

²⁰ BARBOSA, Walmir de Albuquerque. *O Regatão e Suas Relações de Comunicação na Amazônia*. São Paulo: USP, 1980. Dissertação.

processo de *expropriação/proletarização* há muito arrancou suas raízes e não lhes deu chance, como aos cearenses que permaneceram no Amazonas, de criar novas raízes. São migrantes na totalidade de sentido desta palavra, isto é, são os sem nada, e é como tais que podemos entendê-los, sem perder de vista a gama de possibilidades aí presentes. A maior parte provém do Paraná, onde nem todos trabalhavam com a agricultura. Alguns já haviam sido operários, especialmente da construção civil. A primeira leva de migrantes deslocou-se do Paraná para Rondônia e deste estado para o Amazonas.

O *Projeto Esperança*, elaborado e executado pelo Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM), demarcou lotes para colonos em cima de posses de trabalhadores rurais amazonenses, todos vivendo há mais de 10 anos na terra. Alguns saíram para a pesca e ao retornar encontraram até suas casas ocupadas. Por trás dessas ações havia interesses de políticos no plantio da mandioca, interesses estes relacionados tanto aos subsídios à produção de álcool, quanto às verbas destinadas ao próprio Projeto. Neste estudo interessei-me particularmente por observar o educativo que se dá no confronto entre trabalhadores caboclos amazonenses, posseiros e coletadores, e trabalhadores paranaenses sem terra, tornados colonos naquele Projeto, nas falas dos próprios sujeitos.

De dois sindicalistas amazonenses, presentes à Assembléia Geral da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em fevereiro de 1985, comentando sobre os projetos de colonização, gravei o seguinte:

É um projeto que é feito pelo governo e quem comanda isso é um fulano de tal, Mendonça. Não sei como é o nome dele, né. Sei que vão buscar gente de fora. Chega, traz e coloca nas terras dos posseiros que há muitos anos já tão trabalhando. Certo? Por sinal, a CPT e a FETAGRI expediram até informativo que dizia, por exemplo, que o trabalhador posseiro de Novo Aripuanã e quando fosse pro trabalho, devia saí pro seu trabalho levando a sua rede, porque quando ele voltasse na sua casa outras pessoas de fora já estavam, já tinham tomado o seu terreno e até já tavam dormindo nas suas redes. Então, pelo que se vê ultimamente é que esse povo aqui que veio de fora é porque foi enganado, porque tinham propostas prá trabalhá com recursos, né. Mas que, na verdade, por exemplo, esses recursos, fui muito pouco que não deu prá esse pessoal se aguentá até que eles produzissem, certo! Então, a partir do momento em que se esgotou os recursos esse pessoal começaram a sair, certo! (Sindicalista de Parintins).

Nós tivemos contato com os companheiros, tanto companheiros colonos que eram do sul, através do projeto de colonização, quanto tivemos contato com os companheiros posseiros que estavam sendo expulsos, inclusive o companheiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanã. E nessa oportunidade nós tivemos... Nós tivemos a chance de saber com os companheiros a situação em que se encontra o pessoal lá, tanto pela parte dos posseiros quanto pela parte dos colonos. Isso porque os companheiros posseiros viviam lá nas suas terras com a sua pequena plantação. De repente, saiu pro roçado, saiu pra mata prá caçá, saiu pro rio prá pescá e quando chegava já encontrava alguém dentro da sua barraca, justificando sê ele trazido pelo projeto de colonização prá morá naquela área, e então, tomando de conta da sua casa. Então ficava aquele atrito entre dois trabalhadores lascados e que tavam brigando entre si através do projeto. E resultado de tudo isso, para que o colono, como tinha a segurança do ITERAM, o órgão responsável pelo projeto de colonização, ficou na terra, mas resultado, era obrigado a cumprir as exigências do bendito projeto, que levava a eles financiamentos e duros, sem condições de cumprir, passando as maiores necessidades, crianças morrendo de fome, com falta de assistência, sem medicamentos e uns simplesmente postos que existe lá, os médicos são brutos, grosseiros, não atendem ninguém e não têm nenhuma informação, não tem nenhum cuidado, cuidados higiênicos. E o resultado de tudo isso é que o próprio colono, na esperança de que ia sê beneficiado com as mil maravilhas tá sendo obrigado a sai de lá porque não tem mais condições de sobrevivência. Na minha opinião, o governo qué fazê o que já foi feito em muitas regiões do Brasil, é torná os amazonense em bóia fria, em peões. (Sindicalista de Itacoatiara).

Outro sindicalista do município do Careiro, presente à Assembléia da CPT, também analisa o confronto entre os trabalhadores caboclos e os trabalhadores paranaenses, dizendo:

Quando ele (*colono*) chega aqui, com dois anos ele já sabe porque o amazonense é “preguiçoso”. A gente tem grandes exemplos disso nos projetos de colonização que apareceram agora, uns três ou quatro anos atrás, como por exemplo, Novo Aripuanã, e Projeto Juma e Bitencourt, essa gente toda. Esses projetos aí foram muito depois dos projetos de Itacoatiara e o pau tem-se dado daí prá pior, ou seja, os companheiros que foram assentados, mas daqui da nossa região, do mesmo município, apanharam porque tiveram seus lotes e não tiveram condições de ficá, tiveram que passá em frente, mas são daqui. E os que vieram lá do Sul. Do Paraná veio muita gente, qué dizê, desse mundo todo. Esses aí

não têm condições de ficá nessa região, não se adaptam, o financiamento é estorado, a terra não é boa, encontra posseiro em cima vai tê que brigá, no entanto, o resultado é tê que fazê qualqué coisa prá voltá prá sua terra.

Um dos agricultores amazonenses que perdeu suas posses (casa com roçado) para um colono, em vista da demarcação feita pelo ITERAM, que não era sindicalizado mas procurou o Sindicato para intervir na defesa dos seus direitos, queixou-se:

Estão desabrigando todos nós que somos moradores antigos, botando nós prá fora, até mesmo os próprio colono. Tão botando nós prá fora dos nosso roçado. Falamo com os próprio do ITERAM e eles não tão atendendo. Nós já tinha feito quatro roçado e fomos tudo desabrigado de lá e os colono já tem a audácia de botá nós prá fora. De que vamos vivê? Esse era o nosso ramal. Não tem seringal, não tem castanhal. Nós vivemo da terra. Então nós temo vivendo uma crise difícil prá criá os nossos filhos, porque nós não devia sê jogado, sê escravo dos de fora. Ele vem trabalhá e já acha serviço pronto e tá tendo apoio. Nós vivemo muitos anos ali trabalhando. Como nós vamo vivê? (Depoimento colhido pela CPT e publicado no Dossiê CEM).

Complementando essa análise, outro trabalhador amazonense do município de Humaitá, que não participa do movimento sindical nem do trabalho que vem sendo realizado pela CPT, fez, me parece, a análise mais próxima da realidade do trabalhador amazonense.

Quem vem do sul chama o caboclo amazonense de preguiçoso. Diz que o nosso povo não gosta de trabalhá. Por isso, o Amazonas não desenvolve. ***Nóis não trabalhamo, nem roubamo, nem pedimo. Tem peixe, carne de caça e muita fruta. Qualqué criança pesca. O amazonense não tem ganância***²¹. Não sai da sua terra prá outro lugar. Daqui uns ano o Amazonas tá tudo desmatado.

As famílias paranaenses assim explicam a situação em que são obrigadas a aceitar as propostas feitas pelos dirigentes dos projetos de colonização:

²¹ Os grifos são meus e servem para destacar o confronto entre as concepções de trabalho relacionadas à coleta, e as concepções relativas ao trabalho produtivo da terra atrelado ao capital através financiamento do lote e da determinação do tipo de produção.

E alguma que vem por fora, é essa gente doida que enfrenta mesmo. Fala aí tem um troço e ele vai e não tem boca, tá querendo assitua os filho, prá máximo amanhã ou depois ele tem um lugar firme, sabe que morreu e os filho tá firme naquele lugar. Essas família é assim. Tem o direito de ficá tudo arranjado quando farta o pai ou a mãe. Então essas família vêm mesmo. Enfrenta tudo o quanto é droga. Antes esse pessoal não vim logo de uma vez, se a gente já tá afim, se Deus abençoa, que a gente saia desse buraco. Chega aqui e entra nesse buraco e pronto. Se eles quisé matá a gente de fome é só dizê que não solta mais esse barco prá lá e pronto (Depoimento de um colono recolhido pela CPT, publicado no Dossiê CEM)²².

Na luta para exigir o cumprimento das promessas feitas pelo Governo Estadual, os colonos elaboraram o seguinte panfleto:

Queremos que todo o mundo saiba que, como brasileiros, amamos nossa pátria e queremos o progresso dela e que estamos aqui para isso. Mais que amamos muito mais a nós e à nossa família, porque entendemos que a pátria somos nós. Queremos produzir mas exigimos que nos respeitem e nos tratem como pessoas e não como bichos, nem escravos do ITERAM nem de ninguém. Acreditamos nesse projeto de assentamento do ITERAM. Achamos bom. Mas consideramos muito mau administrado (Boletim Paneiro, CPT, p. 11).

Um colono paranaense faz a síntese do confronto material e cultural que marca a luta pela terra entre o caboclo e o colono, enquanto coloca o seu entendimento sobre os objetivos da vida e da produção.

O Projeto Esperança prá quem conhece, além do choque de cultura, joga nós contra os companheiro que existia. Já é um problema que os dois vão enfrentá. Que nós todos enfrentamo...Eles...porque nós temo um costume e o pessoal que se encontra lá tem outro, outro jeito de viver. Mais isso é feito premeditado prá jogá um contra o outro, prá que nós amansasse o solo prá ficá a benefício deles. Nós amansa o solo e vamo tê que ir embora porque não conseguimos, somos preguiçosos e o dinheiro que existia pros projeto vai pros bolso deles (dos

²² A CPT elaborou um relatório com o título *Situação Atual dos Colonos no "Projeto Esperança"*, no qual descreve a situação de cada comunidade (Aruá, Arauazinho, Aracu, Jatuarana e Cararucu); os conflitos com posseiros amazonenses; a procedência dos colonos; a organização para a luta pelos seus direitos, a avaliação da *Greve* (manifestação contra o Iteram) e os passos que dariam no sentido de continuar reivindicando seus direitos ao governador do estado e de pedir apoio ao MST (Ribeiro, 1987: 203).

latifundiário). É nacional. É em todo o canto sempre só dá pro nosso lado. Sempre o pequeno é preguiçoso e perseguido e colocado em lugar que não produz. Outra coisa importante a observá nos projeto é onde é cortada as áreas. Vai plantá naquela direção, a terra boa, a que podia colhê melancia tá em outro lugar. Esperei treis ano e nunca chupei uma melancia, meus filhos nunca chuparam uma melancia e eu também não consegui. Milagre não pude fazê. O milho não tem condições de criá. Esses são os problema da terra. E com isso joga os filho da terra contra nós. Muitos foram embora. *Eles sabem vivê da castanha. Nós num sabe vivê.* Isto é evidente que *todo o agricultor que vem de fora ele não qué sabê de castanha, ele não qué sabê de está vivo, ele qué é produzi.* (Colono paranaense presente à Assembléia Geral da CPT, em fevereiro de 1985.)

A continuidade das lutas de caboclos e colonos vai desvendando a teia de interesses nem sempre visíveis às quais estão presos. Mesmo sem ter lido os clássicos do marxismo, um sindicalista de Itacoatiara é capaz de perceber o processo de *expropriação/proletarização* em andamento, quando diz *na minha opinião, o governo qué fazê o que já foi feito em muitas regiões do Brasil, é torná os amazonense em bóia fria, em pedões.*

Aos poucos, os trabalhadores em conflito vão estabelecendo a proximidade necessária à identificação, embora essa passagem não aconteça sem saltos, recuos, tempos de convivência e tempos de afastamento e de conflito. Ainda nas eleições de 1990, a animosidade entre caboclos e colonos era explorada nas promessas que políticos faziam a uns e outros.

Os agricultores-pescadores amazonenses possuem um saber prático de como lidar com o ecossistema. *Tem peixe, carne de caça, muita fruta. Qualqué criança sabe pescá.* Sabem seguir o curso dos rios, acompanham suas cheias e esperam suas vazantes; sabem colher a castanha, a balata e a seringa; sabem defender-se dos perigos, principalmente das doenças da região e dos animais da floresta. Brigam pelas suas posses, mas até pelo fato de serem posses, não terra conquistada na luta, e de haver a possibilidade ainda de se apossarem de outras áreas, não colocam toda a sua vida e o seu esforço na luta por esta terra. Alguns se conformam e aceitam ir trabalhar nos viveiros de plantas do ITERAM.

Os colonos já perderam a terra em seus lugares de origem, onde sabiam lidar com o meio, plantar milho, feijão, melancia. Como diz a colona, *...e não tem boca* (para reclamar). *Então essas família vêm*

mesmo. Enfrenta tudo o que é droga. A luta para esses agricultores - essa gente doida que enfrenta mesmo. Fala aí que tem um troço e ele vai - é uma luta de vida ou morte pois nada mais têm a perder. Colonos estão querendo assitua os filho, prá máximo amanhã ou depois eles têm um lugar firme. Caboclos denunciam: estamos vivendo uma crise difícil prá criá os nossos filhos. Em ambos, a segurança da posse/propriedade terra e do trabalho/emprego para assegurarem a criação dos filhos é muito forte.

Quem vem do sul chama o caboclo amazonense de preguiçoso, afirma o trabalhador de Humaitá. O colono paranaense também faz referência à mesma qualificação pejorativa dirigida ao colono. Nós amansa o solo e vamo tê que ir embora porque não conseguimos, somos preguiçosos.

O conflito traz à tona a ideologia que tem legitimado a exploração de ambos, caracterizados como “preguiçosos”. O próprio governo estadual estimula a competição entre os trabalhadores, afirmando que os agricultores amazonenses têm muito o que aprender com colonos que praticam outras culturas e estão familiarizados com bancos²³. Para o colono, o caboclo é preguiçoso porque só colhe o que a natureza lhe oferece. Desconhece a dureza de uma vida quase em estado primitivo, determinada pelas condições ambientais bastante difíceis na floresta amazônica, onde vivem e trabalham seringueiros, castanheiros, agricultores-pescadores que também estão sujeitos à exploração do comércio através de barcos, feito por regatões. Tais condições são tão difíceis que de imediato, sem um longo aprendizado, o colono não sobrevive nesse meio.

Desconhecendo o solo e o clima, o colono não tem condições de avaliar as possibilidades de produção. Para os caboclos, os colonos são preguiçosos porque se apropriam das posses de agricultores caboclos; são incapazes de enfrentar os desafios da mata e precisam da ajuda do ITERAM e do banco para produzir. Não sabe o caboclo que o colono tem uma longa trajetória de perdas que o abriga a migrar para longe de sua região e a aceitar propostas que só o desespero justifica. As experiências de luta e de trabalho começam a desvendar a ideologia contida na

²³ Ver “Projetos de Colonização: Caboclos e colonos em busca da terra prometida”. In: Ribeiro, 1987: 190 - 231.

caracterização de “preguiçosos” dirigida tanto ao colono quanto ao caboclo, pela descoberta de que *sempre o pequeno é preguiçoso, é perseguido e colocado em lugar que não produz.*

No Amazonas, a CPT desenvolve ação mais orgânica do que os sindicatos de trabalhadores rurais, criados na década de 70, que ainda são poucos, pobres e com atuação bastante fraca, até pelas condições históricas dos agricultores/pescadores amazonenses. A participação nesses organismos dá aos trabalhadores rurais, que se encontram nas assembleias gerais, a oportunidade de uma nova compreensão da luta, sendo capazes de perceber *o choque de cultura...porque nós temos um costume e o pessoal que se encontra lá tem outro, outro jeito de viver.* Dão-se conta do processo de *desenraizamento* que vivem quando dizem *estão desabrigando todos nós que somos moradores antigos.*

Percebo as relações de trabalho vivenciadas por esses trabalhadores determinando as suas concepções de mundo e de vida. As formas arcaicas de produção e de coleta e as relações mercantis com o regatão originam uma concepção cíclica, sem projeto de acumulação ou de produção de um excedente, o que está claro na afirmação ***o amazonense não tem ganância.*** A descrição feita anteriormente do modo de vida do agricultor/pescador amazonense mostra que a sua forma de produzir é tão primitiva que não consegue ultrapassar-se, gerando concepções de mundo e de vida que se encerram sobre si mesmas. Para o agricultor caboclo, que ainda não se percebe preso às malhas do capital, ***viver é reproduzir-se dentro dos ciclos da natureza.***

Para os agricultores paranaenses, já presos a relações capitalistas modernas de produção, através da regulamentação da terra (Licença de Ocupação), do seu cercamento em lotes individuais, do financiamento, do tipo e da quantidade de produção que precisam para pagar o banco e obter o título do seu lote, ***viver é produzir e produzir um excedente.*** Como diz o colono... *eles sabem viver da castanha, nós num sabe viver. Isto é evidente que todo o agricultor que vem de fora ele não que sabê de está vivo, ele que é produzi.* Esta idéia também está presente com bastante força no panfleto, onde os colonos afirmam, ao se referirem à pátria, ***queremos o progresso dela e estamos aqui para isso. Mais que amamos muito mais a nós e à nossa família...***

No interior dessas relações, que são econômicas, políticas, sociais e culturais, é que podemos ver a coleta - ***nós não trabalhamos, nem***

roubamo, nem pedimo. Tem peixe, carne de caça, muita fruta, ou eles sabem vivê da castanha -, entendida como *não-trabalho*, tanto para o caboclo que retomou essa forma de sobrevivência na floresta, com os índios, como para o colono, uma vez que a coleta não pode ser considerada concretamente uma produção enquanto não transforma a natureza com a qual os trabalhadores se relacionam. O *eles sabem vivê* contrapondo-se ao *nóis queremos é produzi* expressa uma concepção de trabalho construída a partir da vivência do processo de *expropriação/proletarização* que nega o *saber viver* do caboclo. Ao não se concretizar enquanto libertação do Banco e do ITERAM, porque o colono não consegue pagar o financiamento da produção e do lote de terra, essa perspectiva individualista da produção agrícola familiar, que não se torna realidade, vai sendo negada, ou melhor, superada por práticas coletivas de *organização* em que os trabalhadores lutam para romper as relações com o capital.

Caboclos e colonos estão divididos pela **cerca** que institui a propriedade privada da terra no Amazonas. O caboclo não conhece a cerca. Para ele, a floresta e os rios são comuns, por isso, invade os lotes dos colonos para coletar seringa e castanha. O colono trabalha e observa os limites do lote como a sua **propriedade** porque esta é a experiência com que a expropriação no seu local de origem o marcou. A cerca que os separa e coloca em confronto pela posse da terra poderá vir a ser o instrumento de união, quando descobrirem na luta contra as condições que o capital lhes impõe para produzir (que são o próprio capital) que nem o caboclo nem o colono possuem a propriedade da terra, mas unicamente a força-de-trabalho que os predispõe à extração da mais-valia. (Ribeiro, 1987: 216)

5. Algumas idéias a partir deste estudo sobre o migrante

Não disponho de elementos para avaliar até que ponto as inúmeras experiências vivenciadas pelos trabalhadores migrantes nos projetos de colonização, nas colônias agrícolas e agrovilas têm influenciado a decisão do MTS de se organizar para ocupar terras nas próprias regiões de origem dos trabalhadores sem terra. O certo é que muitas denúncias foram e continuam sendo feitas através das igrejas, dos sindicatos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em reuniões, assembléias, encontros, congressos estaduais e nacionais sobre os projetos de coloni-

zação implantados no Norte do país. As condições oferecidas aos migrantes nesses projetos também têm sido alvo de estudos acadêmicos e de reportagens jornalísticas.

Tenho refletido, tanto pelo acompanhamento feito ao trabalho da CPT, no Amazonas, quanto pela leitura de estudos e artigos de jornais sobre o assunto, acerca de experiências de *expropriação/proletarização* que arrancam o trabalhador de seu solo e o colocam na estrada, experimentando todo o tipo de trabalho para sobreviver, sujeitando-o a colonizar regiões distantes e estranhas. Essas experiências o estão empurrando para as ocupações organizadas de fazendas, de latifúndios, onde o estar acampado, falando uma linguagem comum onde se realiza o re-conhecimento, em um chão conhecido, é pelo menos força e esperança, criando uma nova cultura, a *cultura do migrante*. Esse processo tem um caráter pedagógico formador de identidades enquanto vai subvertendo práticas e conceitos, enquanto inaugura novas práticas e concepções de *trabalho*, de *propriedade*, de *sociedade*.

A solidariedade espontânea do caboclo, fundamentada culturalmente na necessidade de responder aos desafios de um meio hostil, é negada pela visão individualista do colono, em relação ao seu lote, à sua família e à sua produção. O não cumprimento das promessas do Projeto, as dificuldades de sobreviver e de produzir forçam no sentido da superação do individualismo, encaminhando-se para a luta coletiva, na qual se vai elaborando a prática/noção de uma solidariedade orgânica.

Da mesma forma, algumas experiências de trabalhadores rurais acampados do Rio Grande do Sul permitem inferir que a posse ou a propriedade familiar, que não têm condições de competir com a produção mecanizada e tecnicamente acompanhada das grandes fazendas, e de manter-se como propriedade individual, é negada pela propriedade privada capitalista. Algumas ocupações que instauraram e estão conseguindo manter a propriedade e o cultivo coletivos da terra, incluindo financiamentos, parecem negar a propriedade privada capitalista, instituindo também novas formas de existir e de conceber a propriedade da terra²⁴. Esse é um processo penoso de avanços, retrocessos, perdas e ganhos em que não se pode ignorar a contradição que marca as ações e

²⁴ Ver, sobre o assunto, CCDH/RS. "Terra e Trabalho". In: *Relatório Azul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa/RS. 1996. p. 313 - 326.

as lutas dos agricultores já presos às relações com o mercado e com a propriedade privada. Apesar desse alerta para não cairmos em uma visão idealizada dos movimentos sociais, penso que a luta dos *trabalhadores sem terra* tem um sentido original de constituição de um novo trabalhador, de uma nova forma de lidar com a terra, principalmente de uma nova forma de conviver, de relacionar-se entre si, com a natureza e com o mundo.

A história tem um caráter essencialmente pedagógico, seja ao registrar a memória dos combates²⁵, seja ao fazer a retrospectiva que permite aprender com os erros, seja ao projetar caminhos possíveis para os homens e as mulheres, seja, sobretudo, pelo fato de marcar as ações e a memória desses homens e mulheres com a violência das lutas. Penso assim, que as experiências de luta dos trabalhadores migrantes constituem-se em um longo aprendizado das *classes subalternas* em que é possível vislumbrar um projeto orientado por uma nova *ética* fundada sobre relações solidárias de produção e de vida.

6. Referências bibliográficas

- BOSI, Ecléa. "Cultura e desenraizamento". In: BOSI, Alfredo (org.) *Cultura Brasileira. Temas e Situações*. São Paulo: Ática, 1987.
- CEM, Dossiê. *Projeto de Assentamento Dirigido. "Projeto Esperança"*. Município de Novo Aripuanã - Amazonas. São Paulo: CPT, janeiro de 1985.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.
- IANNI, Octávio. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *A Luta pela Terra*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Porto: Portucalense, 1972. Vol. I e II.
- LENIN, Vladimir I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril, 1982.

²⁵ Ver FOUCAULT, Michel. "Genealogia e Poder". *Microfísica do Poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 167 - 178.

- LUKÁCS, Georg. "A consciência de classe". In: VELHO, Octávio Guilherme et alii. Vários Autores. *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 11 - 60.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. *Expropriação e Violência*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *O Cativo da Terra*. 2. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1981.
- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *A militarização da questão agrária*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Caminhadas no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARX, Karl. "A Chamada Acumulação Primitiva". *O Capital*. Livro 1, Vol. II. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982. p. 828 - 894.
- MONTEIRO, Sílvio Tavares. *Anotações para uma história rural do Médio Amazonas*. Manaus/AM: EMATER, 1981.
- RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro a Agricultor-Pescador a Operário Metalúrgico*. Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1987. Dissertação.
- PAOLI, Maria Célia et alii. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História*. (6). São Paulo: Marco Zero, set/1983. p. 129 - 149.
- PINTO, Renan Freitas. *Os Trabalhadores da Juta*. Estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas. Porto Alegre: UFRGS, 1980. Dissertação.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *O Aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Estudo sobre a produção extrativa da borracha na Amazônia. São Paulo: USP, 1980. Dissertação.
- THOMPSON, Edward P. *Tradicón, Revuelta y Consciência de Clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.